

## **Refuncionalização de edificações e projeto participativo: o que isso tem a ver com sustentabilidade? Estudo de caso a partir do Terminal de Integração do Saco dos Limões, Florianópolis/SC**

### ***Refunctionalization of buildings and participatory design: what does this have to do with sustainability? Case study from the Saco dos Limões Integration Terminal, Florianópolis / SC***

**Natália Sagaz, graduanda, Universidade Federal de Santa Catarina.**

natalia.sagaz30@gmail.com

**Nadine Martignago Saleh, graduanda, Universidade Federal de Santa Catarina.**

nadinemsaleh@hotmail.com.br

**João Vitor Salvan, graduando, Universidade Federal de Santa Catarina.**

joaovitorsalvann@gmail.com

#### **Resumo**

O presente artigo aborda a relação entre a existência de imóveis abandonados e o conceito de sustentabilidade, colocando no centro do debate a participação popular. Para tanto, faz uma breve revisão teórica acerca da sustentabilidade de edificações e da refuncionalização do ambiente construído. Toma como exemplo os debates que envolvem novos usos para o Terminal de Integração dos Saco dos Limões, em Florianópolis/SC, e discute a questão da transversalidade na gestão participativa, pela qual entende-se que os usuários devam participar – desde a fase de idealização e concepção até a manutenção do edifício. Com base na discussão teórica e no exemplo apresentado, conclui-se que a mobilização popular, além de transpor as barreiras entre saberes técnicos e populares, também é fundamental para a implementação de abordagens sustentáveis na cidade.

**Palavras-chave:** Refuncionalização; Sustentabilidade; Arquitetura; Participação popular; Saco dos Limões.

#### ***Abstract***

*This article tackles the relationship between the existence of abandoned properties and the concept of sustainability, placing popular participation at the center of the debate. Therefore, it makes a brief theoretical review about the sustainability of buildings and the refunctionalization of the built environment. It takes as an example the debates involving new uses for the Saco dos Limões Integration Bus Station, in Florianópolis / SC, and discuss the issue of transversality in participatory management, whereby it is understood that users should participate - from the idealization phase. and design until the maintenance of the building. Based on the theoretical discussion and on the example presented, it is concluded that popular mobilization, in addition to crossing the barriers between technical and popular knowledge, is also fundamental for the implementation of sustainable approaches in the city.*

**Keywords:** Refunctionalization; Sustainability; Architecture; Popular participation; Saco dos Limões.

## 1. Introdução

A relação entre o tempo e as materialidades, observada por Evaso (1999), na qual os períodos históricos são definidos pela sucessão de práticas sociais e conjuntos técnicos produtores do espaço, traz a compreensão de que a história da humanidade é um produto de sucessivas instabilidades que geram alterações nas funções e nos valores de uso dos objetos existentes. Então, compreende-se imóveis não utilizados e abandonados como formas que não acompanharam suas alterações de função, tendo a refuncionalização como mecanismo essencial na promoção de sua longevidade, ao proporcionar a adaptação para que exerçam as funções que lhe foram atribuídas (EVASO, 1999).

Para mais, Martins e Cândido (2013, p. 3) afirmam que “a maioria das discussões teóricas acerca do desenvolvimento sustentável, refere-se ao desenvolvimento da sociedade”. Assim, Faria (2014, p. 8) aponta a “Concepção Tradicional da Política de Participação Popular” como uma das abordagens tradicionais do conceito de sustentabilidade, em que o planejamento das políticas ambientais deve ser orientado pelas necessidades da população e conduzido por ela. Com isso, relaciona-se o aproveitamento de espaços públicos não só à sustentabilidade, mas também ao desejo popular, além de assumir caráter legislativo ao proporcionar o cumprimento da função social do imóvel em questão, previsto pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Além disso, a racionalização do uso dos recursos naturais e a preocupação com o impacto ambiental, motivadas pela ética e pela equidade social, passam a incorporar a pauta pela qual as cidades contemporâneas precisam trabalhar para alcançar o desenvolvimento sustentável, associadas a políticas de participação popular. Em Florianópolis, o processo de urbanização, motivado pelas lógicas de mercado, do Estado e de necessidade (ABRAMO, 2007), possibilitou que novos edifícios fossem construídos nas mais diversas áreas do município, em detrimento da utilização de outros que passaram a ser desocupados e/ou subutilizados, na tentativa de atender as demandas de produção da cidade - indo na contramão do desenvolvimento sustentável.

O presente artigo propõe uma revisão teórica acerca do conceito de sustentabilidade, apoiado na percepção sociológica do desenvolvimento sustentável que coloca a participação popular na centralidade do debate, como instrumento de política ambiental e urbana. Assim, instiga refletir sobre a relação entre a dinâmica contemporânea da existência de edifícios abandonados, ou não utilizados, e a abordagem sustentável de prever novos usos para esses imóveis, a partir de processos de refuncionalização e adaptação. Para tanto, teremos como exemplo uma proposta realizada pelos autores para o TISAC – Terminal de Integração do Saco dos Limões, em Florianópolis/SC, como um projeto de refuncionalização da área pautado nos interesses e necessidades atuais da comunidade.

## 2. Arquitetura e Sustentabilidade

O termo “sustentabilidade” tornou-se popular, em 1987, nas discussões do documento chamado “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Para Almeida (2009), a ideia de sustentabilidade popularizou-se devido

sua aplicação ser pertinente a um cenário global que passava a emergir preocupação ambiental e como conciliá-la ao desenvolvimento econômico dos países pautando-se, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46 *apud* LAGE, 2001, p. 23).

É considerável que, na escala das cidades, atingir o desenvolvimento sustentável pode significar repensar as pautas do planejamento urbano e incluir, além das questões econômicas, as variáveis ambientais e sociais. Para Silva (2000), os princípios de abordagem sustentável usados como indicadores para avaliação do desempenho urbano e ambiental, são: a realização do potencial econômico; integridade ecológica; a equidade social; e o engajamento civil. Já no campo da arquitetura, a relação com a sustentabilidade poderia ser compreendida de modo mais holístico, no qual esses quatro pilares atuariam em consonância para que, primeiramente, seja um programa economicamente lógico que contribua para a manutenção e preservação dos recursos naturais; secundamente, preveja o uso coordenado das fontes de energias limpas para transporte e conforto ambiental; em terceiro lugar, busque capitalizar a mão-de-obra existente e ofertar oportunidades justas de ascensão social; e por último, incentive as oportunidades de participação e atuação das comunidades.

Esse modelo de planejamento das cidades parece demandar a discussão de diferentes práticas arquitetônicas e urbanísticas, não somente para potencializar o discurso global sobre sustentabilidade, mas também para promover mudanças mais significativas no pensamento acerca do projeto e da concepção de edifícios. Por essa razão, o setor da construção civil é bastante mencionado dentro das pautas do desenvolvimento sustentável pois, segundo Motta e Aguilar (2009, v. 4, p. 92), ele “promove impactos econômicos e sociais que contribuem no aumento da qualidade de vida”, entretanto, também “representa a atividade humana com maior impacto sobre o meio ambiente”. No Brasil, por exemplo, tem-se que o setor apresenta um dos índices de geração de resíduos com menor taxa de reciclagem, em torno de 21% (FARIA, 2019).

Para Foster (1990), antes de discutir o papel da arquitetura e da engenharia no desenvolvimento sustentável e os respectivos processos de projeto, deve-se ampliar o entendimento sobre o impacto ambiental da ocupação de novas áreas em detrimento da recuperação de áreas subutilizadas. Apesar disso, percebe-se que é cada vez mais saturada a ideia de que as fases com maior potencial de intervenção para o bom desempenho do edifício construído são as de planejamento e concepção do projeto. Ou seja, a sustentabilidade de uma construção é, na maioria das vezes, incentivada a partir da realização de novos empreendimentos que buscam os “selos verdes” – rótulos de mínimo impacto ambiental – a fim de alcançar os mais altos níveis de qualidade do setor e lucrar com a consequente valorização imobiliária.

Segundo Motta e Aguilar (2009), as etapas de uma edificação que mais impactam nas questões de sustentabilidade são as de operação e manutenção do edifício. Ainda nesse sentido, para Zambrano, Bastos e Fernandes (2008, p. 8) “a etapa de uso pode confirmar e/ou potencializar um bom desempenho, assim como desperdiçar todo um esforço realizado nas etapas anteriores”. A partir dessas análises críticas, é possível identificar como a visão limitada que alguns profissionais do setor e usuários têm sobre a relação entre arquitetura e sustentabilidade impacta no incentivo ao engajamento civil – no qual os usuários podem também serem vistos como os principais interessados na aplicação dos recursos das

edificações e, também, como os responsáveis pelo compromisso com a sustentabilidade e a gestão de seus próprios resíduos da edificação durante o longo ciclo de sua existência.

Acontece que o caminho para o desenvolvimento sustentável não acaba ao final da vida útil de uma edificação e, para isso, as estratégias de sustentabilidade, segundo Motta e Aguilari (2009), devem ser mais inventivas do que inovadoras - indo contra o padrão lógico dos meios de produção atuais. Ou seja, o nosso modelo de consumo e nossa situação ambiental exigem um comprometimento com a adoção de medidas de menor impacto, como por exemplo, a iniciativa do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS) que adota o procedimento de “desconstrução” como uma medida reparadora para o impacto ambiental da demolição, comumente implantada no final da vida útil das edificações. Nesse sentido, o processo planejado tem como objetivo potencializar as novas formas de uso para componentes dos edifícios que ainda apresentarem vida útil residual significativa e, assim, “Troca-se, portanto, a reciclagem pelo reuso, sendo possível projetar para facilitar a desconstrução” (CBCS, 2014, p. 89).

Os impactos ambientais para a cidade estão fortemente relacionados aos processos de degradação que acompanham a urbanização. Como exemplo, podemos citar a geração de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) que, segundo a estimativa da Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (ABRECON) de 2017/2018, a produção nacional é de 520 kg por habitante por dia (FARIA, 2019). Além de toda a problemática no eixo ambiental, há o custo social que se manifesta nas ameaças contra o bom funcionamento da infra-estrutura urbana e sobre a qualidade e segurança de vida da população. Ademais, as dimensões ecológica e ambiental contemplam, não somente a gestão correta dos resíduos gerados, mas também questões éticas e sociais que demandam uma alteração no interesse político e comercial no planejamento das grandes cidades.

A sustentabilidade, quando pensada na concepção de um projeto de reuso para um edifício construído, junto aos usuários e a estrutura pública administrativa, tem um enorme potencial de transformação comunitária e cultural, pautado na aplicação transversal do vínculo com o lugar e com o compromisso social durante a gestão do projeto e/ou da manutenção da própria edificação. Afinal, é importante reforçar que o desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis pressupõe a responsabilidade ambiental global e o fortalecimento de vínculos locais para definir prioridades e tomadas de decisões que fortaleçam a conduta coletiva consciente e a participação popular (CASTELNOU, 2003).

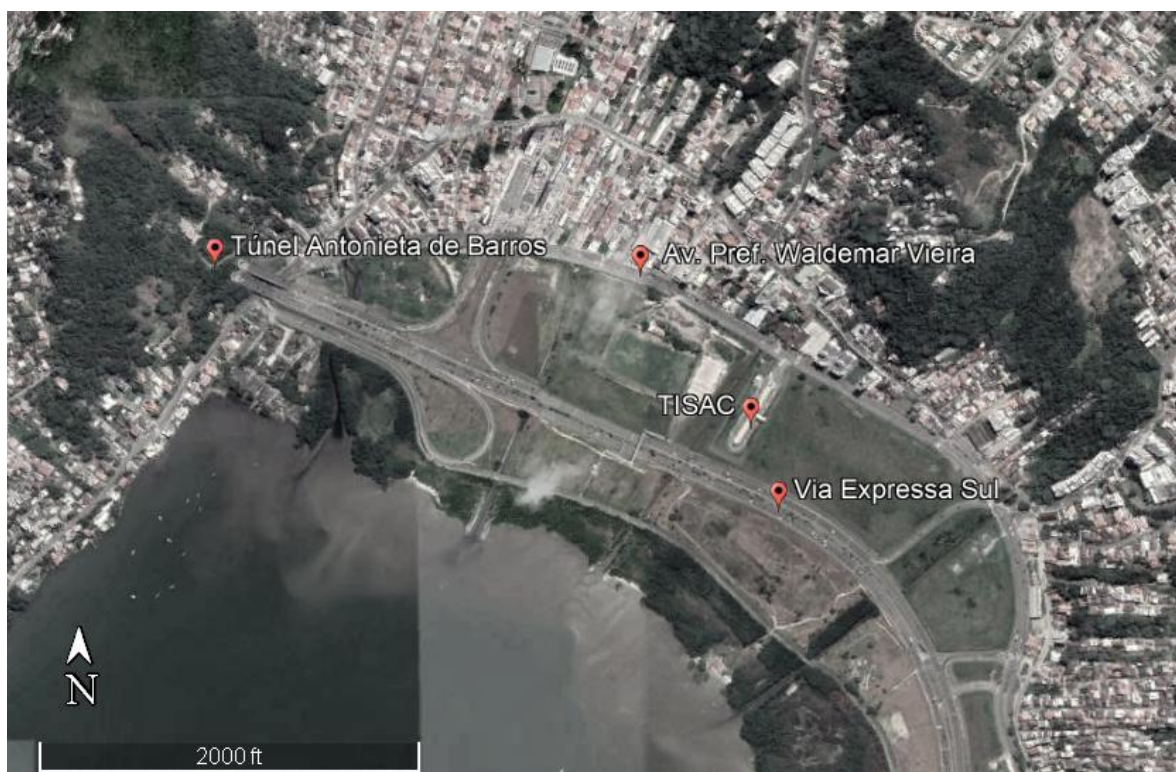
### **3. A refuncionalização de espaços e o desenvolvimento sustentável da cidade**

Nas cidades brasileiras, o avanço da construção civil resultou na produção de novas construções que apresentam poucas preocupações em relação aos ciclos de produção, consumo e descarte das matérias primas, bem como às formas de organização do trabalho e aos impactos causados na natureza. Assim, considerando que as transformações sociais exigem adaptações das estruturas urbanas (MARTINS; CÂNDIDO, 2013), aquelas não adaptadas passaram a ser não utilizadas ou até mesmo abandonadas, principalmente em cidades como Florianópolis que, por ser um polo comercial, imobiliário, turístico e entre outros, movimentam um grande fluxo de pessoas e, conseqüentemente, absorve dinâmicas intensas de produção imobiliária e de expansão urbana.

Conforme investigado por Acselrad (2009), dentre os indicadores da sustentabilidade urbana está a promoção da qualidade de vida por meio do direito e do incentivo à cidadania. Desse modo, compreende-se que a sustentabilidade está, também, diretamente relacionada às transformações sociais mediante a participação popular em políticas públicas integradas e participativas, visto que o desempenho das estruturas urbanas depende de sua utilização. Assim, a adoção pela sustentabilidade – como recurso para o desenvolvimento de uma sociedade ambiental e socialmente referenciada – tornou-se também uma resposta eficiente para os questionamentos que permeiam a busca por uma melhor qualidade de vida.

Como exemplo de caso, tem-se o Terminal de Integração do Saco dos Limões (TISAC), em Florianópolis, uma edificação projetada e construída sem a participação popular, que atualmente encontra-se desativado de sua função primária há mais de quinze anos. Enquanto, na época de sua construção, representou uma importante conquista para o bairro por valorizar o espaço ao investir na mobilidade, após sua inauguração, a partir de estudos técnicos do Município – conforme consta no processo nº PDI 06/00572382 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (2009) –, provou-se um equívoco projetual, resultando na sua desativação. Dessa forma, passou a ser uma construção não utilizada que concentra atos de depredação e deterioração do patrimônio público, ainda que apresente um elevado potencial de utilização para a comunidade ao seu redor e esteja disposta em uma localização privilegiada do bairro.

Para entender um pouco melhor esta relação entre o bairro e o novo equipamento, cabe uma breve contextualização histórica. A trajetória da comunidade do Saco dos Limões mostra que desde sua colonização, ao final do século XVIII, as relações familiares dos grupos que ali se desenvolveram foram muito significativas, o que favoreceu a apropriação coletiva daquele espaço. Então, o bairro, que por muito tempo pôde ser descrito como rural, composto exclusivamente por pequenas casas e grandes chácaras, atualmente, em função da grande alteração em sua paisagem causada pelos aterros para a construção da avenida Prefeito Waldemar Vieira e da Via Expressa Sul, se configura predominantemente como residencial e urbano. Com isso, o cenário da antiga praia desapareceu, dando lugar a uma extensa faixa de terra não aproveitada, e o trânsito da capital foi desviado pela instalação de vias rápidas que hoje ligam o centro da cidade aos bairros do sul da Ilha, através do túnel Antonieta de Barros (Figura 1).



**Figura 01- Mapa de Localização do TISAC. Fonte: elaborada pelos autores via Google Earth.**

As mudanças apresentadas, além de ocasionarem a alteração da fisionomia do bairro, influenciaram também no aumento do valor dos imóveis, consequentemente afetando a comunidade pertencente àquela área. Segundo Sugai e Villaça (1994), entre os anos de 1970 e 1993, a valorização fundiária urbana no Saco dos Limões apresentou uma variação de 394,7%, correspondendo a um acréscimo no valor de 6,2% ao ano. Essa valorização, tanto pela dinâmica imobiliária quanto pela dinâmica de produção informal, resultou na ocupação em grande escala da região, de forma que seu planejamento não garantiu o total equilíbrio na distribuição de usos, atividades e densidades, promovendo o enfraquecimento da identidade comunitária.

Além disso, o terreno do antigo terminal está localizado, de acordo com o zoneamento do Plano Diretor do Município de Florianópolis (Lei Complementar nº 482/2014), em uma Área Verde de Lazer (AVL), considerada como importante ferramenta urbanística para melhoria da qualidade da paisagem urbana. E, conforme determinado pelo Estatuto da Cidade (2001, n.p), as propriedades urbanas devem cumprir com sua função social, atendendo “às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas”. A referida lei também contempla, em seu artigo 2º, o estímulo às práticas que “objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais”.

Para compreender o processo de aproveitamento da edificação não utilizada, tem-se o conceito de refuncionalização, descrito por Alexander Evaso (1999) como alterações que atingem o sistema material do espaço construído ao atribuir a ele um novo valor de uso, sem necessariamente intervir em suas constituições físicas. Dessarte, o autor defende que as

mudanças na forma dos espaços estão exclusivamente atreladas às demandas de suas funções, sendo as mudanças de funções provenientes de instabilidades de suas articulações sistêmicas, e que o alcance dessas funções é que define seu valor de uso. Ademais, considerando a refuncionalização como um rearranjo de atribuições funcionais que propicia o reaproveitamento de edificações existentes, é possível relacionar tal conceito à prática sustentável da arquitetura que, conforme afirmado por Corcuera (2002 *apud* CASTELNOU, 2003), também objetiva renovar usos.

#### 4. O projeto participativo e a sustentabilidade

Motta e Aguilar apontam que, na construção sustentável, “seus conceitos e práticas são usualmente relacionados a ações e metas previstas nos meios decisórios do desenvolvimento sustentável, devendo ser uma resposta a estas” (2009, p. 93). No âmbito local, apostar na ação comunitária, no fortalecimento de seus vínculos e na relação de pertencimento ao lugar em que se vive é uma possível saída para a mitigação dos problemas. Dessa forma, o planejamento urbano e arquitetônico articulado ao “engajamento civil” – princípio da abordagem tradicional de sustentabilidade, mencionada na primeira seção – apresenta uma oportunidade para estimular a participação popular no projeto de refuncionalização do TISAC.

A ideia de inserção da comunidade na concretização do projeto não segue o que comumente acontece nas cidades, ao pensar na relação Estado/sociedade. Pois os cidadãos comuns estão historicamente afastados dos processos de decisão, muito embora existam alguns canais de participação e representação conquistados graças a pressões que obrigam o aparato estatal a reconhecer suas reivindicações como legítimas. Por isto, para além do projeto necessitar da sociedade civil, ainda se faz relevante o reconhecimento do poder institucional, pois conforme Jacobi “quando se fala de ‘participação dos cidadãos’ deve se enfatizar que se trata de uma forma de intervenção na vida pública com uma motivação social concreta que se exerce de forma direta, baseada num certo nível de institucionalização das relações Estado/sociedade” (1990, p. 37).

Por isso, a participação passa a ser uma condição para a sustentabilidade à medida que os habitantes tornam-se agentes ativos no processo de refuncionalização, pois reconhecem seu trabalho como parte fundamental do projeto. Isso implica na valorização e outra percepção do edifício e do espaço, sentindo-se pertencente a eles (HERTZBERGER, 1999). Essa sensação de pertencimento, de apropriação do espaço, imprime a ele caráter de lugar, conceituado por Leite como “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (2002, p. 124).

São por essas razões que se faz coerente que o projeto arquitetônico de refuncionalização se dê com a participação popular. O urbanismo participativo e a adequação sócio-técnica (AST) são exemplos de tecnologias sociais que inserem os sujeitos no centro de todo o projeto arquitetônico e urbanístico e se colocam como alternativas para a reversão dos problemas urbanos (ANDRADE *et al.*, 2019). A refuncionalização, quando pautada numa visão de sustentabilidade que transborda os limites do edifício e, assim, não se encerra na viabilização do projeto construído, incentiva a apropriação daquele espaço e sua

instrumentalização no sentido para a promoção do bem-estar, ao reconhecer que esse processo não pode ser alheio aos indivíduos e nem socialmente neutro.

#### 4.1. Espaço de Educação Comunitária Sustentável - EECOS

Como proposta de refuncionalização do Terminal de Integração do Saco dos Limões, para dá-lo função social conforme as necessidades do bairro, surge a ideia do Espaço de Educação Comunitária Sustentável. Ele foi desenvolvido por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrantes do PET Conexões de Saberes, dentro do escopo do projeto Centro de Inovação Artística e Científica (CITRUS) e com apoio da Associação de Moradores do Saco dos Limões (AMOSAC). Uma iniciativa que contribuiu para sua idealização foi a instalação do ecoponto da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) no terminal em março de 2020, sendo desativado no início de dezembro do mesmo ano.

No espaço, já existem algumas estruturas que foram construídas para atender as demandas do terminal integrado, desta forma propõe-se uma nova ocupação desses espaços com o mínimo de interferência necessária, evitando assim grandes impactos de despesas financeiras e de resíduos sólidos. Com intuito de otimizar o possível uso do terreno e a estrutura do edifício público, o EECOS se constitui em: ecoponto permanente, hortas, composteira, (eventual) cooperativa de reciclagem e sede da AMOSAC, conforme apresentado na Tabela 01 a seguir.

<b>Estrutura</b>	<b>Função</b>
Ecoponto	Local para disposição regular e triagem dos diferentes tipos de resíduos.
Horta	Espaço para integração social por meio da cooperação e do fortalecimento dos vínculos comunitários, além de promover a segurança alimentar a partir do autoconsumo ou ainda fazer dela uma forma de geração de renda.
Composteira	Permitir que os moradores levem seus próprios resíduos e utilizem o composto nas hortas, uma vez que o município não possui um sistema integrado de gestão para resíduos deste gênero.
(eventual) Cooperativa de Reciclagem	Instruir de forma coletiva para prolongar o uso de recicláveis; promover emprego, renda e seguridade para os catadores.
Sede da AMOSAC	Mediação entre a comunidade e o poder institucional. Sua alocação para o espaço permite que exista um espaço físico formal.

**Tabela 01 - Estrutura prevista para o EECOS e suas atribuições. Elaborado pelos autores.**



Segundo relatório do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Saco dos Limões apresentava cinco focos de disposição irregular de resíduos (PMF, 2017), o que pode trazer malefícios em termos de saúde e bem-estar. A ocorrência desses despejos mobilizou sujeitos, a saber um mutirão de grafite que, através de ação artística na intenção de provocar sensibilidade, pintou os muros onde antes sacos de lixo eram depositados - contribuindo para uma outra construção da paisagem (BIKEL, 2020). Outro exemplo notável foi a criação de um abaixo-assinado que reivindica a revitalização do espaço, a partir da implantação do EECOS e a permanência do ecoponto no terminal desativado (link disponível nas Referências). Essas ações sobre o espaço urbano configuram o que na literatura especializada do assunto chama-se “tática”, isto é, diferentes atuações sobre um espaço onde os atores são descabidos de poder (LEITE, 2002).

O EECOS, em que pese preliminar, foi apresentado na Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Florianópolis, onde angariou elogios (CTEA, 2020). Apesar da proposta pautar a participação desde sua idealização, tal feito não foi possível devido não somente às limitações impostas pela pandemia de novo coronavírus e a necessidade de isolamento social, mas também às dificuldades próprias do exercício da arquitetura participativa, onde a desigualdade de domínio dos códigos do saber arquitetônico requer a criação de condições para promoção dessa apropriação pelos moradores (ANDRADE *et al.*, 2019). Ainda nesse sentido, as condições sanitárias atuais impuseram uma contradição no que tange à ideia de inserção da comunidade desde o primeiríssimo momento de formulação do projeto e apesar da intenção de introduzi-la, foi possível estabelecer contato apenas com a AMOSAC, partindo da premissa que ela cumpre a função de representar os interesses da comunidade. A participação, em escala de bairro, na definição dos rumos do projeto, requer mobilização popular e oferecimento de oficinas para transpor as barreiras entre saberes técnicos e populares, para que a participação dos cidadãos seja o mais proveitosa possível - o que qualitativamente necessita de trabalho corpo-a-corpo.

## 5. Considerações finais

A partir da revisão teórica, fica evidente a importância de discutir e divulgar o conceito de sustentabilidade, principalmente no que se refere à abordagem sociológica, baseada na participação popular, como uma ferramenta de política ambiental e urbana. Nesse sentido, ao analisar por meio de um recorte municipal, a proposta de refuncionalização do TISAC possibilitou compreender a importância de ações locais congruentes às demandas de planejamento da cidade de Florianópolis a partir de suas transformações socioespaciais, sobretudo no que se refere a edifícios públicos.

Também, a garantia do direito a cidades sustentáveis, prevista no Estatuto da Cidade, reforça a notoriedade sobre a pauta da refuncionalização de edificações ociosas, mencionada inclusive pelo Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, na busca da reformulação do projeto como um instrumento para recuperar seu valor de uso. Ainda, é essencial que tal processo aconteça ao encontro do projeto participativo e em conjunto de ações preparatórias. Como citado na seção anterior, o contexto de pandemia impossibilitou parcialmente o envolvimento popular, mas não totalmente, como pode ser observado nos diversos

comentários na página da web do abaixo-assinado, em que moradores testemunham suas vontades de cuidar e valorizar este espaço do bairro.

Entende-se, entretanto, que apesar da participação popular ser uma questão norteadora para o desenvolvimento sustentável, a refuncionalização do TISAC para a concepção do EECOS, projetada e concebida de forma participativa na atualidade, não garante a longevidade e o caráter sustentável infinitos desse espaço. Isso porque a sustentabilidade e o sistema de valores atribuído aos objetos variam conforme as transformações da sociedade – mudanças comportamentais, de produção e consumo, entre outras –, o que evidencia que as práticas da refuncionalização, principalmente por meio da manutenção e preservação dos espaços, e de projetos participativos devem ser constantes.

Além disso, ainda que a proposta de implantação do EECOS esteja alinhada com a ideia de sustentabilidade exposta de modo transversal ao longo do trabalho, representa um bom exemplo de como é limitada a aplicação de abordagens sustentáveis na arquitetura no que se refere aos projetos de refuncionalização em espaços públicos. Isso, porque alguns conceitos precisam ser melhor desenvolvidos para ganharem a visibilidade de implementação, por exemplo, a própria desconstrução de edifícios é um termo brevemente citado pelo CBCS na cartilha intitulada “Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas” – um dos documentos mais completos no país sobre o assunto – e, por essa razão, torna-se difícil a pesquisa sobre o tema em que os termos adotados estejam dentro do contexto da discussão do presente artigo.

Haja vista as lacunas existentes no que se refere ao desenvolvimento de projetos participativos, espera-se que os próximos passos a serem alcançados sejam: favorecer a educação sustentável nas comunidades de centros urbanos como Florianópolis; conscientizar a população sobre a importância de se envolverem nos processos políticos de construção da cidade; e que os conselhos profissionais do setor da construção civil apoiem a refuncionalização de estruturas ociosas na malha urbana junto aos órgãos públicos responsáveis para que o desenvolvimento sustentável, aplicado à edificações, não se resuma a selos verdes, mas possa prosperar ao longo da vida útil do edifício construído.

## Referências

ABRAMO, Pedro. **A Cidade Com-fusa: A Mão Inoxidável Do Mercado E A Produção Da Estrutura Urbana Nas Grandes Metrôpoles Latino-americanas**. R.B.Estudos Urbanos e Regionais v.9, n.2, p. 25-54, novembro. 2007.

ALMEIDA, Fernando Alves. **O bom negócio da sustentabilidade**. Ed. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002. 191 p.

ANDRADE, Liza Maria Souza de; et al. **Adequação sociotécnica para projetos de urbanismo participativo do grupo de pesquisa e extensão periférico: Táticas urbanas como tecnologia social, dimensões da sustentabilidade, padrões espaciais e de acontecimentos e construção de cenários**. Anais XVIII ENANPUR 2019.

AMOSAC - Associação dos Moradores do Saco dos Limões. **Vida Nova Ao TISAC (Terminal de Integração do Saco dos Limões)**. Abaixo-assinado publicado em nov. de 2020. Disponível em:

[https://www.google.com/url?q=https://www.change.org/p/prefeitura-municipal-de-florianopolis-pmf-vida-nova-ao-tisac-terminal-de-integrao-do-saco-dos-limoes?utm\\_content%3Dsharecopy\\_26389669\\_pt-BR%25A1%26recruiter%3D713446244%26utm\\_source%3Dshare\\_petition%26utm\\_medium%3Dcopylink%26utm\\_campaign%3Dshare\\_petition&sa=D&source=editors&ust=1612926337575000&usg=AOvVaw0Jz3YAOvVJsebKX53qO4cx](https://www.google.com/url?q=https://www.change.org/p/prefeitura-municipal-de-florianopolis-pmf-vida-nova-ao-tisac-terminal-de-integrao-do-saco-dos-limoes?utm_content%3Dsharecopy_26389669_pt-BR%25A1%26recruiter%3D713446244%26utm_source%3Dshare_petition%26utm_medium%3Dcopylink%26utm_campaign%3Dshare_petition&sa=D&source=editors&ust=1612926337575000&usg=AOvVaw0Jz3YAOvVJsebKX53qO4cx) Acesso em 28 de dez. de 2020.

ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ATA DA CTEA. Florianópolis: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Florianópolis (COMDEMA), ago. 2020.

BIKEL, Diane. Grafiteiros transformam muros de 500 metros em galeria a céu aberto. **ND - Notícias de Santa Catarina**, Florianópolis, 15 jul. 2020.

CASTELNOU, Antonio Manuel N. Arquitetura e Sustentabilidade na Sociedade de Risco. **Terra e Cultura**, ano XIX, nº37. 2003.

CONSELHO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL. **Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas.** Disponível em: <http://www.cbcs.org.br/website/aspectos-construcao-sustentavel/show.asp?ppgCode=31E2524C-905E-4FC0-B784-118693813AC4> Acesso em 28 de jan. de 2021.

EVASO, Alexander Sergio. **A Refuncionalização do Espaço.** EXPERIMENTAL, n.6, p.33-54, março, 1999.

FARIA, José Henrique de. **Por Uma Teoria Crítica da Sustentabilidade.** Organizações e Sustentabilidade, semestral, v. 2, n. 1, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796#:~:text=A%20argumenta%C3%A7%C3%A3o%20que%20sustenta%20a,igualmente%20como%20um%20processo%20que> Acesso em 04 de jan. de 2021.

FARIA, Vivian. **Brasil pode reciclar 98% dos resíduos da construção civil, mas só consegue dar conta de 21%.** Gazeta do Povo, set., 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/sustentabilidade/brasil-pode-reciclar-98-dos-residuos-da-construcao-civil-mas-so-consegue-dar-conta-de-21/> Acesso em 15 de jan. de 2021.

FOSTER, Norman. **Architecture and Sustainability.** Foster + Partners, 2003. Disponível em: <https://www.fosterandpartners.com/media/546486/essay13.pdf> Acesso em: 06 de abr. de 2021.

HERTZBERGER, Herman. Lições de arquitetura. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JACOBI, Pedro. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade.** Saúde e sociedade, v. 8, p. 31-48, 1999.

LAGE, Allene Carvalho. **Administração Pública orientada para o Desenvolvimento Sustentável. Um estudo de caso: Os ventos das mudanças no Ceará também geram energia.** Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3547/Dissertacao\\_Allene.PDF?squence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3547/Dissertacao_Allene.PDF?squence=1) Acesso em: 06 de abr. de 2021.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos e espaço público:** notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

MARTINS, Maria de F.; CÂNDIDO, Gesinaldo A. **Análise da Sustentabilidade Urbana no contexto das Cidades:** proposição de critérios e indicadores. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 37, 2013, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

MOTTA, Silvio FR; AGUILAR, Maria Teresa P. **Sustentabilidade e processos de projetos de edificações.** Gestão & Tecnologia de Projetos, v. 4, n. 1, p. 88-123, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Diretor de Florianópolis.** Lei complementar n. 482, de 17 de jan. de 2014. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04\\_02\\_2014\\_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf) Acesso em 02 de jan de 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto da Cidade.** Lei no 10.257, de 10 de jul. de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm) Acesso em 03 de jan. de 2021.

SILVA, Sandra Regina Mota. **Indicadores de Sustentabilidade Urbana:** as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável. Tese de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4231/1569.pdf?sequence=1> Acesso em 06 de abr. De 2021

SUGAI, Maria Ines; VILLACA, Flavio Jose M. **Intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: a via de contorno norte-ilha.** 1994. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Processo n.º PDI 06/00572382.** Assunto: Sistema Integrado De Transportes – Terminais Urbanos De Passageiros. Relatório n.º DCL / INSP.1 / 152/09. Disponível em: <https://consulta.tce.sc.gov.br/relatoriosdecisao/relatoriotecnico/3234844.PDF> Acesso em 27 de jan. de 2021.